Sarnéy anuncia vetos à \$ 6 JUL 1982 numeração de deputados

O presidente do PDS. senador José Sarney, disse ontem, após ser chamado ao Palácio do Planalto. pelo Ministro Leitão de Abreu, para ser consultado sobre as objeções que a Justica Eleitoral está fazendo ao projeto sobre a numeração de candidatos para a cédula eleitoral. que a matéria receberá vetos que não deverão alterar sua substância.

O projeto, que está com o Presidente há 15 dias, e deverá ser sancionado hoje por João Figueiredo, dá direito aos deputados candidatos à reeleição de conservarem os números com que forem identificados nas eleicões anteriores.

De autoria do deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), mas emendado através de um substitutivo fruto de um acordo entre todos os partidos, o projeto preve também que os candidatos sejam numerados através de centenas a serem distribuídas por sorteio a cada partido político.

LEI FALCÃO

José Sarney, que falou aos repórteres depois do enterro de Dona Mariontina Cavalcante, esposa do senador Luis Cavalcante. previu ainda que até agosto o Ministério da Justica terá elaborado um projeto sobre a reformulação da Lei Falcão.

Embora ressalvasse que a questão está entregue ao ministro Ibrahim Abi-Ackel e sobre a qual ainda não há definição, Sarney disse que agosto é o prazo máximo para se ter uma idéia de como será a nova Lei da Propaganda gratuita pelos meios de comunicação, uma vez que esta começa a funcionar a partir de 15 de setembro, ou seia. 15 dias antes da eleicão de 15 de novembro.

Sobre a designação de comissão do Ministério da Justica para estudar a implantação do voto distrital no Brasil o presidente do PDS disse tratar-se de fato importante já que a matéria exige estudo acurado.

Ele lembrou que a Fundação Getúlio Vargas já estudou o assunto e que a Comissão do Ministério da Justiça, deverá oferecer uma contribuição doutrinária, uma vez que a parte política e técnica deverá ser confiada aos deputados.

Sarney reiterou ainda que a cédula colorida, nos termos do projeto apresentado pelo senador Itamar Franco e já aprovado pelo Senado, não representa uma boa escolha, segundo o consenso que disse existir entre os pedessistas.